

**A SUPERVISÃO (CONTROLE)
NA FORMAÇÃO DO PSICANALISTA**



**A SUPERVISÃO (CONTROLE)
NA FORMAÇÃO DO PSICANALISTA**

Rômulo Ferreira da Silva



© Relicário Edições
© Rômulo Ferreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação [CIP] de acordo com ISBD

S586s

Silva, Rômulo Ferreira da

A supervisão (controle) na formação do psicanalista / Rômulo Ferreira da Silva. - Belo Horizonte, MG : Relicário, 2019.

204 p. ; 14cm x 21cm. - (Coleção BIP – Biblioteca do Instituto de Psicanálise)
Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-85-66786-99-6

1. Psicanálise. 2. Clínica psicanalítica. 3. Teoria psicanalítica. 4. Supervisão.
5. Freud. 6. Lacan. I. Título. III. Série.

2019-1400

CDD 150.195

CDU 159.964.2

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

COLEÇÃO BIP – BIBLIOTECA DO INSTITUTO DE PSICANÁLISE
DIREÇÃO Ana Lydia Santiago

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Beneti
Elisa Alvarenga
Francisco Paes Barreto
Sérgio Laia

COORDENAÇÃO EDITORIAL Maíra Nassif Passos
CAPA Ana C. Bahia
DIAGRAMAÇÃO Ana C. Bahia
REVISÃO Virgínia Junqueira

RELICÁRIO EDIÇÕES
www.relicarioedicoes.com
contato@relicarioedicoes.com

SUMÁRIO

Apresentação 7

Prefácio 11

Nota do autor 19

I. PRÉ-HISTÓRIA E HISTÓRIA DA SUPERVISÃO 25

A supervisão na correspondência de Freud com Fliess 26

Supervisão da análise pessoal 30

Supervisão da formação/construção teórica 36

Para que se supervisionar? 47

A supervisão na correspondência de Freud com Ferenczi 71

Sobre a contratransferência 74

IPA: da supervisão como formação à análise da
contratransferência 76

Controle ou supervisão: discussão linguística ou conceitual? 81

II. LACAN: FORMAÇÃO E POLÍTICA DA PSICANÁLISE 83

Referências explícitas à supervisão em Lacan 85

Nos textos: a supervisão concerne à prática
clínica e à instituição 86

Nos seminários: conduzir o rinoceronte ao sinthoma 99

Referências implícitas sobre a supervisão em Lacan 111

Crise na Sociedade Psicanalítica de Paris:
controle interno da instituição 111

A direção do tratamento: não à relação dual; rumo ao final 114

III. A PRÁTICA DE SUPERVISÃO NAS INSTITUIÇÕES	129
Psicoterapia institucional, um tratamento da instituição	131
Psicanálise aplicada <i>versus</i> psicoterapia	132
A supervisão clínica na instituição	133
CAPS, uma alternativa à internação	135
A supervisão no CAPS-Perdizes	136
A supervisão no hospital Dr. Cândido Ferreira e suas 5 equipes	140
Rede de Saberes: uma nova relação com o saber	145
A supervisão: motor da reformulação de uma rede de atendimento	147
A primeira apresentação de doenças	149
<i>Sem standard, mas não sem princípios</i>	154
IV. FORMAÇÃO E RESPONSABILIDADE DO PSICANALISTA	157
Perguntas sobre a prática da supervisão	158
Por que continuamos a supervisionar?	163
V. CONCLUSÃO	179
Notas	191

APRESENTAÇÃO

por J3sus Santiago

Nem sempre uma pesquisa efetuada no dom3nio de um doutorado cont3m uma tese no sentido estrito do termo. Muitas vezes tal pesquisa pode assumir um valor enciclop3dico, dissertativo e mesmo monogr3fico sobre um objeto de investiga3o determinado, sem gerar, propriamente falando, uma tese. Para al3m do problema de constituir-se segundo perspectiva hipot3tico-dedutiva, cujo acento recai sobre a atividade conjectural, e n3o sobre enunciados descritivos e observacionais, uma tese sup3e, antes de tudo, uma solu3o para um problema que se mostra em franco di3logo com a experi3ncia que se promove nos diversos campos do saber.

Qual 3 a solu3o que R3mulo Ferreira da Silva prop3e ao problema da *supervis3o* no 3mbito da psican3lise? A meu ver, em *A supervis3o na forma3o do psicanalista* h3 uma tese que se desenvolve em torno da ideia de que a supervis3o se dirige para o controle da rela3o que o *supervisionando* estabelece com a psican3lise por meio do trabalho an3tico concernente ao caso cl3nico. Com efeito, 3 importante destacar que a supervis3o n3o se confunde com o trabalho de constru3o do caso cl3nico. N3o se recusa a possibilidade de a supervis3o visar a essa constru3o, incluindo elementos que remontam 3 tradi3o do saber psican3tico relacionados aos pontos-chave do caso. Um analista praticante pode se endere3ar ao supervisor movido por uma dificuldade com o diagn3stico, dificuldade que, como se sabe, tem consequ3ncias sobre a dire3o do tratamento. Por3m, segundo uma outra perspectiva, 3 poss3vel dizer que a supervis3o deve incidir sobre o supervisionando,

sobretudo quando a posição subjetiva deste se apresenta em dificuldade para a leitura do caso e para a conseqüente produção do ato analítico. Considera-se que, nesses casos, é insuficiente o necessário encaminhamento para a experiência da análise com o intuito de que o tratamento possa ter lugar em condições mais favoráveis.

Com efeito, poder-se-á constatar, neste livro, como a supervisão se inscreve como elemento da formação do analista, mais além das dificuldades e empecilhos da prática clínica cotidiana. De modo algum se restringe a uma questão de transmissão de um saber técnico sobre o tratamento analítico. Eis então a tese de Rômulo Ferreira, a saber, o fundamento último da supervisão é o controle da relação singular que cada praticante estabelece com a causa analítica. Em definitivo, é a psicanálise como discurso que está em questão, ou seja, o próprio destino da experiência para o sujeito que se tornou psicanalista.

É diante disso que o autor se propõe a desenvolver uma concepção surpreendente da supervisão na medida em que a aproxima do dispositivo de verificação do final de análise, proposto por Lacan, que é o Passe. A primeira consequência que se deduz dessa aproximação é a postulação da transferência como o ponto nodal e privilegiado dessa modalidade da prática analítica. Com Lacan, afirma-se assim que “(...) a transferência com o supervisor se revela tão importante como aquela com o analista”¹. Nessa concepção, nota-se o deslocamento de uma prática baseada sobre a relação *supervisor/supervisionando* à relação *analista/analisante*. Porém, isso não quer dizer que haja uma espécie de reducionismo entre a experiência da análise e a prática da supervisão. Ao contrário, o fato de que a supervisão esteja inserida no horizonte da *psicanálise pura* e, portanto, confrontada com a questão do final de análise, faz com que ela assuma um caráter mais amplo e abrangente de uma tal maneira, que se torna um aspecto capital de política lacaniana, sobretudo quando se apresenta endereçada a uma comunidade analítica em geral.

Valorizar o lado ético da supervisão em detrimento de sua dimensão técnica certamente engaja o psicanalista em uma batalha política, como aconteceu com Lacan no tocante a uma orientação para

a formação analítica. Contudo, como se pode esclarecer o fator decisivo em torno do qual tem lugar essa batalha política relativa à formação analítica? A resposta se configura pela própria definição da supervisão como “filtro” ou “refrator do discurso do sujeito”², que aparece muito cedo nos escritos de Lacan. Em *Função e campo da fala e da linguagem*, ele explicita o problema com alguma ironia, ao mostrar que a supervisão não deveria se “harmonizar com uma concepção da formação analítica que seja a de uma auto-escola que, não satisfeita em aspirar ao privilégio singular de entregar a carteira de habilitação, se imaginasse em condições de controlar a construção automobilística”³. Ora, confundir a formação analítica com a de uma autoescola que teria a pretensão não apenas de emitir a habilitação, mas de controlar a construção do veículo, é um contrasenso que compromete e questiona a existência mesma da psicanálise como ciência do singular. Ou seja, a supervisão permite o controle da relação do praticante com o discurso analítico, porém não é sua função produzir o psicanalista. O psicanalista munido da ética da psicanálise se produz no âmbito da experiência do sujeito com o inconsciente e, em definitivo, precede e antecipa o surgimento da supervisão tal como ela se faz presente no terreno da psicanálise. Se não se admite essa orientação, corre-se o risco de deixar o funcionamento da psicanálise depender do social e de sua “aplicação terapêutica” no registro estrito da saúde mental e, por consequência, desconfigurá-la de sua especificidade como discurso.

É nesse sentido que o autor sugere como uma das contribuições essenciais do livro a proposição de uma distinção entre *controle* (termo empregado na França) e *supervisão* (termo utilizado no Brasil) não apenas no meio psicanalítico, mas também em contextos diversos e variados da saúde mental. O material clínico que se extrai desses contextos mostra bem como a supervisão está totalmente centrada sobre o diagnóstico e sobre o manejo da transferência e do tratamento, mas também visa sobremaneira ao funcionamento institucional do serviço que a acolhe. A incidência da supervisão na organização e funcionamento do serviço mostra-se bastante instrutiva para a sequência do tratamento e orientação do caso.

Não se recusa admitir que essa orientação clínica tenha toda a sua importância para a confrontação necessária da psicanálise com as exigências das diversas expressões do mestre contemporâneo. Com isso, quer-se demonstrar que é preciso ter toda cautela em instalar a *supervisão* apenas do lado da força contagiosa da *psicanálise aplicada*. Vale dizer que a *supervisão* não pode favorecer essa tendência quase espontânea do social de buscar influir e intervir sobre o funcionamento da psicanálise. Enfim, a tese central deste livro é a de que a *supervisão* não é o lugar privilegiado para controlar a psicanálise em geral, tampouco a formação analítica. Isso porque, enquanto ciência do singular, a psicanálise se define por sua dimensão ética própria, não redutível ao conjunto de regras técnicas que lhe são inerentes.